

POLÍTICA

A idéia de Sarney: parlamentarismo já.

As evidências apontam para a nova solução imaginada pelo presidente: uma emenda constitucional de sua própria caneta, de implantação imediata.

O presidente José Sarney estaria pretendendo enviar ao Congresso uma emenda constitucional, de sua autoria, implantando o parlamentarismo. Essa notícia circulou no Congresso, ontem à tarde, e agitou a bancada do PMDB na Constituinte, já que o líder do partido na Câmara, Luiz Henrique, saiu de uma audiência com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, falando sobre a necessidade de se decidir a "curtíssimo prazo" o regime de governo — presidencialismo ou parlamentarismo.

A suposta emenda de Sarney, segundo as versões que surgiram no Congresso, seria a forma que o presidente teria encontrado para permanecer mais algum tempo no governo. De acordo com esse raciocínio, o primeiro-ministro seria eleito pelo Congresso, e a implantação do parlamentarismo seria imediata. Poucos deram crédito à notícia, mas pelo menos um vice-líder peemedebista na Constituinte, o deputado Euclides Scalco, confirmou estar informado de que a emenda "nasceu no Palácio do Planalto".

Mas ele próprio não se mostrou entusiasmado com a idéia, afirmando que uma medida dessa natureza não passaria de um caso de destino destinado ao fracasso — segundo ele, a exemplo do que ocorreu depois da renúncia do ex-presidente Jânio Quadros.

Já Luiz Henrique, após a audiência com o ministro Costa Couto, disse que a definição da duração do mandato de Sarney deve ficar para uma segunda etapa — preliminarmente, na sua opinião, a Constituinte deve concentrar-se sobre o regime de governo, pois dele resultarão as demais condi-



José Lourenço: apoio a Sarney.

ções sobre período e poderes do presidente da República.

Apesar dos apelos feitos pelo próprio Sarney, que acha a indefinição sobre o tempo de seu mandato a razão da instabilidade política do País, Luiz Henrique pensa que esse assunto terá um peso diferente se o Congresso decidir pelo parlamentarismo e o presidente se transformar apenas em figura decorativa, já que os poderes estariam concentrados nas mãos de um primeiro-ministro. E o líder peemedebista defendeu a participação, nesse debate, do presidente da República, que não pode, segundo ele, "ficar à margem de uma discussão que leva em conta, principalmente, os interesses maiores do País".

Pacificação?

O líder do PFL, deputado José Lourenço, em discurso pronunciado ontem na Constituinte e dirigido a Ulysses Guimarães, presidente da Câmara e que no momento presidia a sessão, colocou-se à sua disposição "para valorizar a com-

petência, apoiar as decisões do presidente da República e cessar as discussões em torno de cargos". Lourenço advertiu que "o País está perplexo" com as taxas do **open** — as maiores de todos os tempos, atingindo ontem a 38% — e também para a perspectiva, baseada em projeções, de uma inflação anual superior a 1.000%.

Insistindo em que "é hora de nos darmos as mãos", Lourenço afirmou não haver mais lugar para disputas partidárias, "tal a dramaticidade da conjuntura". Lembrou que o legado do ex-ministro Dilson Funaro foi "a desordem financeira interna e externa e a inflação descontrolada", o líder pefelista assegurou a Ulysses que a preocupação de seu partido é, "exclusivamente", com a economia do País.

A convenção

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, comunicou ontem ao deputado Miro Teixeira que vai convocar a convenção nacional do partido, no próximo mês, para discutir a proposta de eleições diretas para presidente da República em 88. A informação partiu do próprio Miro Teixeira, autor do pedido de convocação da convenção. Porém, para os jornalistas, Ulysses disse que caberá à Executiva do partido, que tem reunião marcada para a próxima terça-feira, aprovar ou não a convocação.

Teixeira explicou, por sua vez, que vai conversar com o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, e com o líder na Câmara, deputado Luiz Henrique, para que a convenção seja realizada até o dia 10 de junho, quando termina o prazo dos relatores das comissões temáticas da Constituinte enviarem seus pareceres à Comissão de Sistematização.